

Contribuições para a formulação de um marco-lógico do combate à pobreza em Gravataí/RS

Autor: Pedro Luz Tomaz, graduando em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr

Guilherme Dornelas Camara (UFRGS)

contato: pedroluz@terra.com.br



INTRODUÇÃO

Questões relacionadas aos processos de mudança política no Governo Federal no ano em 2016 e à profunda crise econômica vivenciada pelo país são elementos que contribuem para o aumento do número de desempregados e, conseqüentemente, para um crescente processo de empobrecimento da população. São atingidos, de maneira mais contundente, os setores economicamente e socialmente mais vulneráveis. Em vista disso, o trabalho realiza uma análise das ações governamentais que lidam com essas carências do povo, ou seja, uma análise da implementação e articulação de políticas públicas de combate à pobreza, no município de Gravataí no ano de 2017.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é analisar a incidência dos Programas de Combate à Pobreza, como o Programa Bolsa Família, efetuados no âmbito da cidade de Gravataí em 2017.

RESULTADOS PARCIAIS

Dados sobre renda em Gravataí

Renda per capita	414,58 (1991)	577,30 (2000)	737,29 (2010)
% de extremamente pobres	4,18 (1991)	3,03 (2000)	1,54 (2010)
% de pobres	16,55 (1991)	11,83 (2000)	5,39 (2010)

Fonte: Atlas Desenvolvimento Humano Brasil (2013)

A implementação dos programas sociais em Gravataí pode ser relacionada com os indicadores apresentados nos quadros. Renda e percentuais de pobreza e extrema pobreza no município mostram a diminuição da miséria, além da elevação da renda, no período de 20 anos. Esses avanços se dão nomeadamente concomitantemente à implementação de programas de combate à miséria, como o Bolsa Família. Apesar disso, os números de beneficiários do Programa e de pessoas registradas no Cadastro Único, ainda mostram índices de pobreza relativamente altos. Os dados evidenciam, por exemplo, que o PBF contempla somente 46% da população pobre do município, apesar da constatação do governo, que coloca a taxa em 80%. Aqui, referimos a distinção entre linha de pobreza e baixa renda.

METODOLOGIA

Em função de alterações nas dinâmicas da pesquisa, primou-se pela utilização de dados secundário em detrimento de entrevistas com as partes. Trabalha-se, enfim, com a tentativa de formulação de marco-lógico, conforme colocado por Medina et. al. (2005), com análise dos componentes, práticas e resultados de modo relacional.

Dados sobre pobreza e seu combate em Gravataí - N.º de famílias

Número Famílias pobres - Perfil Bolsa Família (E)	11.043	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	8.832
Número Total de famílias no Cadastro Único	18.855	Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (07/17)	1.689.841,00
Número de Famílias em Extrema Pobreza	8.911	Percentual de famílias pobres beneficiadas pelo PBF	46%
Número de Famílias Abaixo da linha da Pobreza	2.982	Famílias de Baixa Renda	4.394

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se, nesse processo, a utilização exclusiva de critérios quantitativos, como a renda, na execução das políticas de combate à pobreza. Isso impossibilita maiores reflexões acerca de aspectos qualitativos da pobreza, como a exclusão política, assinalada por Demo (2003) e a elaboração de um Marco Lógico (Medina et. al., 2005), capaz de estabelecer uma análise dos componentes, práticas e resultados das políticas de modo relacional. A pobreza política, denota, então, uma política social pobre.